

ELEMENTOS LEXICOGRÁFICOS E ENCICLOPÉDICOS NA DEFINIÇÃO TERMINOLÓGICA: QUESTÕES DE PARTIDA

Maria José Bocorny Finatto¹

RESUMO: *This paper concerns the apprehension conditions of the nature and functioning of the terminological definition (TD) viewed beyond the genus proximum and differentia specifica categories. In this way, it suggests perspectives to investigate the possible similarities between lexicographic and encyclopaedic definitions which are presumably manifested on TDs. Drawing from the tendencies observed on environmental legal TDs, and from the features observed on definition samples collected from lexicographic, encyclopaedic and terminological works, it discusses the application of the encyclopaedic tradition to the formulation of terminological definitions.*

PALAVRAS-CHAVE: *definição terminológica, definição lexicográfica, definição enciclopédica, definição jurídico-ambiental, estudo da definição terminológica, dicionários, terminologia.*

Introdução

A definição terminológica (doravante DT) desempenha papéis fundamentais no interior da comunicação especializada. Tal importância, entretanto, é diretamente proporcional ao número de dificuldades envolvidas em seu estudo, pois diferentes fatores e condições perpassam sua formulação, constituindo um tema de elevada complexidade. Desse modo, ainda que se discuta sobre sua natureza, funções e especificidades, não há clareza suficiente, entre os pesquisadores, sobre muitos de seus aspectos.

Definir, dito de modo muito simples, no âmbito das terminologias, é estabelecer um vínculo entre um termo, um conceito e um significado. E, toda vez que isso ocorre, verificamos a ativação do conjunto das propriedades inerentes à linguagem humana. Com a formulação de uma definição, são mobilizados, constituídos e atualizados, em distintos níveis, diferentes valores e potencialidades de conhecimento e significação, descritos com relativa dificuldade por aqueles aparatos analíticos que a tradição dos estudos lingüísticos qualifica como *estritamente lingüísticos*.

No contexto dos dicionários, especializados ou lexicográficos, a definição pode ser vista, de modo restrito, apenas como o segmento que compreende a menção de um *gênero próximo* e de uma *diferença específica*, mas também como a totalidade de um conjunto de informações que inclui comentários, instruções e descrições relativas ao termo ou palavra-entrada.

Alain Rey (Rey, 1995, p.42 ss.) aponta uma característica da definição que integra terminologias técnico-científicas: a propriedade de estabelecer em si mesma um entrelaçamento ou compromisso entre a definição lexicográfica e descrição enciclopédica. Conforme explica o autor, a descrição enciclopédica é aquela definição que, via de regra, sendo ampla e diversificada no teor de informações, carrega traços relevantes e irrelevantes na caracterização de uma “palavra”.

Partindo de algumas de nossas experiências com a definição, adquiridas durante participação na elaboração de um dicionário de terminologia jurídico-ambiental (Krieger et al. 1998), apresentamos um ponto de partida para a verificação dessa afirmativa de Rey no que se refere à formulação da DT. Queremos, portanto, verificar em que medida essa definição pode constituir ponto de confluência ou intersecção entre a definição lexicográfica e a enciclopédica e em que situações tal confluência seria desejável ou importante.

Nessa direção, comparamos definições-amostra de alguns termos em diferentes dicionários: uma obra lexicográfica, duas obras enciclopédicas e duas terminográficas. Serão apreciados, em cada um dos casos, os comportamentos das categorias *gênero próximo* e *diferença específica* e também o perfil geral das informações

¹ Maria José Bocorny Finatto é professora do Instituto de Letras da UFRGS
Organon, Porto Alegre, nº 26, 1998

relativas ao termo ou palavra-entrada, de modo que tomamos as diferentes definições como o amplo conjunto das informações referidas ao lema.

Adotando ponto de vista de quem organiza e atua como mediador da comunicação especializada, queremos apenas localizar e discutir possíveis elementos juntivos e disjuntivos entre dois “estilos” de definir, presumidamente incorporados à DT. De tal sorte, oferecemos alguns subsídios iniciais para quem pretenda investigar o que a DT tenha de particular e o que provavelmente poderia “herdar” da definição enciclopédica e lexicográfica, que, conforme se costuma referir, enfocam respectivamente *coisas* e *palavras*.

Contextualizamos, desse modo, a DT como um possível ponto de confluência entre *coisas*, *palavras* e *conhecimentos* e comentamos o papel ou relevância dessa junção. Essa mesma confluência, cabe dizer, pode ser vista, ainda, sob diferentes ângulos. Para Wiegand (1979,p.163), por exemplo, uma entrada de dicionário constitui uma afirmação sobre *res* e *nomina*, mas também uma afirmação sobre suas mútuas relações. Assim, a definição, se for tomada como a entrada do dicionário, mais uma vez é reconhecida como ponto de encontro entre coisas e como um objeto que contém a complexa relação entre denominar e conhecer.

Mesmo que se prefira ver a DT apenas como algo feito de “palavras”, maior ou igual que a soma do *gênero* e da *diferença*, ela não se esgotará no limite da sua literaridade, de sua sintaxe ou de sua morfologia, pois é um objeto que, simultaneamente, envolve e transcende “palavras”, concretizando uma relação particular entre veiculação e constituição de conhecimento e, mais além, entre o conhecimento e a linguagem.

As considerações aqui apresentadas podem ser aproveitadas para algum estágio prévio do planejamento do formato de definições e verbetes, sobretudo naquelas áreas do conhecimento em que se acentuem características de multidisciplinaridade. Nessa áreas, em função de diferentes condições, muitas vezes parece ser especialmente mais difícil decidir sobre o grau de relevância, modo de organização e abrangência das informações contidas em definições e entradas de dicionários ou naquelas que aparecem como registros de bases de dados.

Dicionários e definições

Usual e idealisticamente os diferentes dicionários podem ser categorizados em dicionários comuns de língua, dicionários enciclopédicos e dicionários especializados, também chamados temáticos ou terminológicos. Essa classificação, tendo em conta seus muitos limites, possibilita-nos uma conseqüente categorização de suas definições em lexicográficas, enciclopédicas e terminológicas. Tal tipologia, como qualquer outra, naturalmente tem suas dificuldades, pois sempre ocorrem situações em que não há marcas precisas entre um e outro tipo definitório.

Desse modo, para os fins deste trabalho, atribuímos um certo grau de tipicidade à classificação de dicionários e definições, aceitando provisoriamente que:

- a) definições lexicográficas caracterizam-se pela predominância de informações lingüísticas, tratando mais de “palavras”;
- b) definições enciclopédicas se ocupam mais de referentes e de descrição de “coisas”;
- c) definições terminológicas trazem predominantemente conhecimentos formais sobre “coisas” ou fenômenos.

Lançando mão da simplificação necessária, apreciaremos o comportamento dessas definições, vistas nos verbetes *maçã* e *inseticida*, em três tipos de dicionários, respectivamente identificados como DLEXIC (dicionário lexicográfico), DENCL (dicionário enciclopédico ou enciclopédia) e DTERM (dicionário terminológico). A pequena dimensão da amostra aqui apresentada deve ser vista apenas como um ponto inicial, um indicador de prováveis tópicos de reflexão e perspectivas para um estudo mais amplo e aprofundado sobre as condições da DT. Serão tratadas as definições propriamente ditas, circunscritas ao *gênero* e à *diferença*, e também considerada a apresentação geral do verbeito, tomada aqui como uma *definição expandida*.

Aspectos da definição jurídico-ambiental e sua contribuição ao estudo da DT

Podemos dizer, resumidamente, que nossa experiência com as definições jurídico-ambientais permitiu identificar novas possibilidades para o enfoque da DT em geral a partir de fenômenos observados principalmente em definições que integram terminologias de ciências sociais e afins. Conforme já apresentamos em outras oportunidades (veja-se KRIEGER et al., 1994), o trabalho com a definição jurídico-ambiental revelou que seu comportamento e configuração padrão é, via de regra, caracterizado pela tendência à omissão ou apagamento de determinadas conteúdos, geralmente importantes para a delimitação do sentido do termo ou “palavra de significação especializada”.

Os elementos elididos, resgatáveis apenas num plano que denominamos “ambiente de significação”, indicaram-nos que a constituição e eficiência comunicativa da DT estão necessariamente perpassadas pelas condições de manutenção de vínculos com seus co-textos e contextos. Assim, a definição jurídico-ambiental revelou-se como um texto que sofre a ação de ser “atravessado” por conteúdos de outros textos. Isso é o que podemos observar no caso da definição legal de um termo como :

princípio ativo - substâncias de natureza química ou biológica que dão eficácia aos preservativos de madeira. (fonte: Legislação Brasileira, Portaria Ministerial MF/MS/MINTER 292 de 28/04/89, art. 9º)

Essa definição não é algo que se poderia considerar adequado para uma caracterização abrangente de *princípio ativo*, visto que características químico-farmacológicas importantes estão ausentes do enunciado. De outro lado, a diferença entre o singular do termo-entrada e o plural da definição mostra um movimento definatório que é de expansão, de inclusão, de modo que *princípio ativo* não é apresentado como uma determinada substância, mas como um conjunto ou espécie de substâncias com uma finalidade comum.

Entretanto, por sua inserção textual, é importante notar que a formulação da definição é plenamente compatível com um documento em que são disciplinados os registros de empresas que fabriquem substâncias conservadoras de madeira cortada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). É, de tal modo, uma definição que adquire sentido em um contexto e texto específicos e também naquela situação mais ampla dos interesses e controles da preservação ambiental. Assim, a despeito de uma inserção textual que lhe confere um determinado valor, é, ao mesmo tempo, deficitária de um ponto de vista químico-farmacológico.

Pelo que podemos observar no repertório dessa terminologia, a definição que aparece no texto legal, na maioria das vezes, em função da sua “incompletude natural”, é um objeto a ser, de algum modo, situado e relativizado pela ação do gestor ou intermediário da sua apresentação para o usuário da informação, principalmente em produtos de caráter referencial ou instrumental como dicionários especializados. Esse trabalho de mediação, é preciso lembrar, torna-se necessário à medida que as definições jurídico-ambientais, por força da exigência de aplicação de leis, precisam ser suficientemente difusas e, ao mesmo tempo, suficientemente precisas, de modo que permitam o enquadramento disciplinar de um variado espectro de situações e fatos.

Tais evidências, que apontam para uma característica de apresentação lacunar condicionada e relativa, podem ser desenvolvidas e verificadas em outras áreas de conhecimento e em outros tipos de DT, ao longo de diferentes épocas e estágios de seus desenvolvimentos. Nesse sentido, em trabalho anterior (Finatto, 1998) já foi possível observar que a DT, mesmo pertencente às chamadas *áreas exatas* do conhecimento, pode também ter o funcionamento de sua significação restrito a uma situação bem específica:

Combustão – Nas locomotivas, segundo Rankine, o peso do combustível queimado, por hora e por metro quadrado de grelha, varia entre 196 quilogramas e 600 quilogramas. A combustão depende muito da tiragem ou quantidade de ar que atravessa o combustível na unidade de tempo. (Fonte: Dicionário de Estradas de Ferro, vol. 1, 1891)

No caso desta definição, tomada de um dicionário da terminologia ferroviária publicado no século passado, pouco também se informava sobre *combustão* propriamente dita, preferindo o dicionarista a apresentação do que, imaginamos, fosse servir às necessidades de um usuário-engenheiro, que à época deparava-se com uma tecnologia em fase de grande ampliação no Brasil. Constata-se, nesse caso, mais uma vez, que as subáreas do conhecimento, de modos particulares, efetuam determinados “recortes” de significação na apresentação da DT.

Por isso, para descrever e compreender o perfil definatório de uma área ou subárea do conhecimento, é preciso que o investigador possa percebê-lo no interior de uma moldura ou *frame* epistemológico, de uma linguagem especializada e inclusive “visão de mundo”, tendo em conta sua ambiência natural e, principalmente, suas condições textuais. Esses elementos muito provavelmente condicionam padrões de “elisão” ou inserção de informações na DT.

Adotando ou não essa perspectiva, sabemos que o pesquisador, muitas vezes, no início de seu trabalho, pode apenas orientar-se pelo padrão definatório lexicográfico e enciclopédico. Padrões utilizados simplesmente como um balizamento, visto que poderão ser tomados, *a priori*, apenas como medidas de algo a ser evitado. Afinal, o dicionário especializado, como se poderia supor, não se prestaria nem ao padrão lexicográfico, nem ao enciclopédico, mas, antes disso, exigiria um terceiro tipo de definição.

Esse *terceiro tipo de definição* surge da complexa combinação de uma série de fatores, tais como as necessidades de veiculação de uma determinada porção de conhecimento e o perfil epistemológico e textual da área de especialidade. Exercem também influência sobre sua configuração condições dialógicas específicas e a própria tradição de apresentação do texto lexicográfico.

Análise de definições-amostra

Nesta parte do trabalho, iniciamos a comparação de algumas definições lexicográficas, enciclopédicas e terminológicas considerando o objetivo de observar as possíveis manifestações das duas primeiras sobre a DT. Essas definições encontram-se reproduzidas nos quadros 1 e 2.

Dicionários	Definições de maçã
DLEXIC Dicionário Aurélio (1986)	[Do lat. Matiana, i.e., mala matiana, ‘maças de Mácio’] S.f. 1. O fruto da macieira. [Dim. Irreg.:maçanilha] 2. Parte arredondada do cabo da espada que protege o punho. 3. Maçaneta (2). 4. Bras. Variedade de cana-de-açúcar. 5. Bras. Bola de pêlos feltrados que se encontra no estômago dos bovinos e do jacaré. ♦ Maçã do peito (...) Maçã do rosto (...) (Alberto Braga, Novos Contos, p.64)
DENCL 1 Enciclopédia Larousse Cultural	s.f (Do lat. Matiana) 1. Fruto da Macieira; pomo .--2. Maçã do rosto, parte mais saliente da bochecha, abaixo do olho. Folcl. Carnosidade pilosa que se acredita existir no bucho dos animais e que atrairia a sorte, especialmente em caçadas. Encicl. Entre as principais pragas encontram-se o ácaro, a mosca-da-fruta e a mariposa oriental. A sarna e a podridão amarga são as doenças mais prejudiciais. A colheita dos frutos é realizada, em geral, com o auxílio de uma sacola pendurada ao pescoço do colheiteiro. Os frutos são colocados em caixas, que podem ser recolhidas por tratores munidos de garfos.
DENCL 2 Dicionário e Enciclopédia Koogan/ Houaiss	s.f. Fruto da macieira; pomo.// Maçã do rosto, região malar [acompanha desenho do fruto inteiro, em corte, e de um ramo florido da macieira]
DTERM Dicionário do Agrônomo	Fruto fechado do algodão.

Quadro1 – definição lexicográficas, enciclopédica e terminológica de *maçã*

Como se vê no primeiro quadro, a definição de *maçã*, nas suas três modalidades, tratando da palavra, coisa ou do conhecimento que se possui sobre um objeto, assume um perfil distinto em cada uma das obras, ainda que haja homogeneidades, tal como a indicação “fruto da macieira”, uma constante no dicionário lexicográfico, enciclopédia e dicionário enciclopédico, mas que não aparece no dicionário terminológico.

A distinção de perfis pode ser observada em determinados pontos. Por exemplo, além da definição propriamente dita, o dicionário lexicográfico traz informações gramaticais, etimológicas, informa o diminutivo da palavra, apresenta uma variante topoletal e a composição sintagmática da unidade, acompanhada de uma abonação de texto literário. De outro modo, a enciclopédia apresenta informações sobre pragas que atacam estas frutas e sobre o folclore que envolve a palavra *maçã*.

O dicionário enciclopédico, por sua vez, diferencia-se dos demais por trazer uma ilustração da constituição anatômica do fruto da macieira. Finalmente, é importante notar como o dicionário terminológico se distingue do conjunto, tratando de um outro fruto que, embora seja designado *maçã*, não é *fruto de macieira*.

De modo homogêneo, verificamos, nos três tipos de dicionários, nos limites da indicação do *gênero próximo* e *diferença específica* ou da definição propriamente dita, que *maçã* é, em primeiro lugar, um *fruto*. A característica do *gênero* “ser fruto” é, assim, o vínculo aparente entre as definições lexicográfica, enciclopédicas e terminológica. E, se observamos a DT no *Dicionário do Agrônomo* e perguntarmos sobre o ponto de compromisso ou entrelaçamento entre a DLEXIC e a DENCL nela manifestado, pensaremos que ele seja apenas esse *gênero próximo*. Entretanto, isso não pode ser validado, pois no DTERM, como citamos antes, uma *maçã* não é um *fruto de macieira*, mas um *estágio do fruto do algodoeiro*. Assim, essa DT parece não manifestar um ponto de contato claro com as suas correspondentes lexicográfica e enciclopédica.

O próximo quadro, ilustrando diferentes definições para *inseticida*, mostra a situação da formulação da DT agrônoma e jurídico-ambiental:

Dicionários	Definições de inseticida
DLEXIC Dicionário Aurélio (1986)	[De inseto+i+cida]. Adj. 2g 1. Que mata insetos; que pratica inseticídio• S.m. 2. Ingrediente próprio para matar insetos.
DENCL1 Enciclopédia Larousse Cultural	Inseticida adj e s.m. (do lat. Insectum + caedere, matar, pelo fr. Inseticide) Que ou o que destrói insetos: <i>um líquido inseticida, um inseticida perigoso.</i> Encicl. Os inseticidas podem ser classificados segundo a sua origem: vegetal (nicotina), mineral (arseniato de chumbo), orgânicos de síntese (DDT). Podem também ser classificados em função do modo de ação: os inseticidas de ingestão destroem os insetos que comem a planta tratada (ex.: os produtos arsenicais); os de contato atravessam o tegumento dos animais que morrem por paralisia ou asfixia (ex.: os compostos nitrados, óleo de antraceno, carbaril) sendo que aqueles de ação indiscriminada destroem também os predadores naturais dos insetos visados; os de inalação penetram nas vias respiratórias dos insetos, que morrem por asfixia (ex.: o sulfureto de carbono); os sistêmicos, veiculados pela seiva, acabam por atingir os insetos sugadores e servem para eliminação de pulgões (ex.: dimetoato); finalmente, há os inseticidas mistos, que agem (...) Certos inseticidas são altamente tóxicos e deixam resíduos no ambiente por vários anos. Por esse motivo, os inseticidas organoclorados tiveram seu uso restringido; só podem ser utilizados em situações de emergência ou por órgãos de saúde pública na eliminação de insetos transmissores de doenças, como no caso do barbeiro(...)No entanto, na falta de produtos alternativos, ainda são utilizados em larga escala os formicidas organoclorados. Esses produtos são responsáveis por alterações no equilíbrio ecológico. (...) Os organofosforados constituem uma das principais causas de intoxicações humanas. (...) Provocam uma intoxicação sistêmica, causando a morte por meio de insuficiência respiratória. (V.tb. o verbete de cada inseticida)
DTERM 1 Dicionário do Agrônomo	Composto químico que aplicado direta ou indiretamente sobre os insetos, em concentrações adequadas, provoca a sua morte.
DTERM2 Dicionário Termisul	Saneante domissanitário destinado ao combate, à prevenção e ao controle de insetos em habitações, recintos e lugares de uso público e suas cercanias. Lg Br DEC 79094 de 05/01/77 art. 3º, X, a. ⇒ Saneante domissanitário; raticida; desinfetante; detergente; fungicida

Quadro 2 – Definição lexicográfica, enciclopédica e terminológica de *inseticida*

Num plano geral, como se pode notar no quadro 2, a obra enciclopédica supera a lexicográfica e as duas terminológicas no detalhamento das informações oferecidas, pois traz informações pormenorizadas tanto sobre palavras quanto sobre *conhecimentos de coisas*. Um elemento que surpreende, em primeiro lugar, é o fato da enciclopédia ser a única obra do conjunto a chamar atenção para a características de toxicidade dos inseticidas. No que se refere ao *gênero próximo* que fixa as definições, observamos, respectivamente, a diferenciação entre *ingrediente, aquele, composto químico e saneante domissanitário*. De outro lado, a *diferença específica para matar/destruir insetos* é o elemento que vincula as definições lexicográfica e enciclopédica e também a DT do

Dicionário do Agrônomo, que se diferencia das demais apenas pela menção ou possibilidade de um sujeito que o aplicará sobre os insetos.

No dicionário de terminologia jurídico-ambiental, de um modo particular, observamos a substituição de *matar/destruir* por *controlar/combater/prevenir* e, tal como acontece na definição de *princípio ativo* anteriormente apresentada, há uma especificidade de sentido condicionada pela natureza e objetivos do diploma legal em que se insere a definição.

Assim, ao procurarmos pelo entrelaçamento lexicográfico e enciclopédico manifestado especificamente nas duas DT's, a agrônômica e a jurídico-ambiental, veremos que ele se resumirá, na perspectiva do *gênero* e da *diferença*, apenas à seqüência *matar/controlar insetos*.

Discussão

Pela observação dos dois quadros, a DT, vista em amplitude, não realiza necessariamente uma junção “usual”, um ponto claro ou inequívoco de intersecção entre a definição enciclopédica e a lexicográfica. É interessante notar que o elo comum entre as diferentes definições tende a ser maior ou menor, incidindo de diferentes modos no *gênero próximo* ou na *diferença específica*.

Mas, ao ultrapassarmos a observação do enunciado definitório terminológico pelo *gênero* e *diferença*, detectamos algo como que uma escolha diferenciada entre o que será ou não apresentado na definição. Neste sentido, é adequado e até óbvio pensar que um dos condicionantes da apresentação certamente seja o tipo de público alvo a que se destina a obra onde a entrada se inscreve.

No caso da DT de *maçã*, provavelmente não foi considerado relevante, pelo dicionarista, repassar ao usuário, um agrônomo, informações lexicográficas e enciclopédicas. Entretanto, decidiu o autor que mais importante seria informar algo completamente diferente: que o *fruto do algodão*, em determinada fase, seja denominado *maçã*. Isto é, o usuário, presumidamente, já saberia muita coisa sobre a *maçãs de macieira*, sendo-lhe mais útil saber sobre usos terminológicos específicos, modo de designação particulares ou sobre outros referentes que são denominados *maçã*.

Elementos que também influenciam a formulação da DT são o tipo de área de conhecimento de sua inserção e as necessidades de informação do usuário que se pretende atingir. Neste último aspecto, não deixa de causar espanto que, no mesmo dicionário, apenas generalidades conhecidas pelos leigos sobre *inseticida* sejam oferecidas a um usuário agrônomo. Ao invés disso, poderíamos esperar informações como a classificação dos inseticidas, tal como indicada no dicionário enciclopédico, arrolados por graus de toxicidade, composição e modo de ação. A informação enciclopédica, neste caso, poderia interessar ao usuário do *Dicionário do Agrônomo* e até mesmo ao usuário do *Dicionário de Direito Ambiental: Terminologia das Leis do Meio Ambiente*.

Pelo que temos visto até aqui, para além do *gênero próximo* e da *diferença*, a descrição e os comentários enciclopédicos, em *inseticida* e *maçã*, provavelmente cumpririam um papel informativo em boas condições se integrassem, de algum modo, tanto o dicionário dirigido ao agrônomo quanto o dicionário de direito ambiental. Do ponto de vista de quem organiza essas informações e modula-as em função das necessidades de um usuário agrônomo ou advogado ambientalista, esses dados enciclopédicos parecem bons candidatos à incorporação. Entretanto, pouco encontramos na literatura o reconhecimento do valor da definição enciclopédica que, em meio a presumidas inutilidades, em alguns casos, pode oferecer elementos importantes para o trabalho de levantamento terminológico.

Se retomarmos a consideração inicial de que “as definições terminológicas se ocupam mais de conhecimentos humanos sobre “coisas” ou fenômenos” e contrapormos as definições terminológicas e enciclopédicas aqui apresentadas, concluiremos que as últimas podem vir a desempenhar esse papel de uma maneira bastante interessante, visto que oferecem muitas informações importantes e úteis para o usuário da obra terminográfica.

A definição lexicográfica, quando não repete a informação enciclopédica, só aparece na DT pelo *gênero* ou *diferença específica*, mas também tem utilidade na medida em que costuma fornecer informações gramaticais importantes para o usuário. Na apresentação da entrada *maçã* no dicionário dirigido ao agrônomo, o usuário pode sentir-se justamente de uma informação de caráter lexicográfico. A DT, nesse caso, precisaria ultrapassar a pontualidade extrema da definição agrônômica de uma *maçã que não é de macieira*, o que poderia ser a indicação de uma variante lingüística ou de uma “gíria profissional”. Abre-se, neste ponto, um espaço a ser preenchido pela informação lexicográfica.

Todavia, para que a idéia de uma complementação enciclopédica e lexicográfica para a DT seja produtiva, é preciso observar e questionar a apresentação da entrada e da definição agrônômica de *maçã* num contexto mais amplo. Nesse plano mais geral, há, no mínimo, duas questões: a) Por que essa definição é tão distinta das demais? b) Por que o dicionarista não preferiu inscrevê-la numa moldura mais ampla de

conhecimentos que, além de *estágios de fruto de algodoeiro*, também poderia incluir *frutos de macieira* e até informações sobre o controle das pragas que as ataquem, tal como fez a enciclopédia?

A definição de *inseticida* mostra também como a DT agrônômica pode sofrer, de um outro modo, o mesmo tipo de carência: é insuficiente apresentar apenas o *gênero próximo* e a *diferença específica* tal como aparecem na enciclopédia e no dicionário lexicográfico. Falta, conforme vemos, a mesma moldura que, enfim, confere o verdadeiro caráter de uma área de conhecimento, visto que envolve suas peculiaridades enquanto saber, saber-fazer e temas específicos. Nesse caso, novamente, o que oferece a enciclopédia, especialmente a classificação toxicológica dos inseticidas, poderia estar integrando o verbete do *Dicionário do Agrônomo* sob a forma de uma nota explicativa ou remissão, valendo a mesma sugestão para o dicionário da terminologia jurídico-ambiental.

Por isso, ao interferimos na constituição da definição e de toda a microestrutura que é a entrada, é importante que, no papel de mediadores de comunicação, tenhamos em vista a necessidade de harmonizar seu “desenho” com a configuração de uma área de conhecimento que não se fecha em si mesma, mas que se propõe a ser acessada por um usuário. Geralmente possuidor de nível médio de conhecimentos, esse usuário não é um iniciante-quase-leigo, nem uma autoridade no assunto em foco. Afinal, dicionários terminológicos tendem a ser muito mais utilizados por profissionais de especialização baixa e mediana, por tradutores e especialistas e técnicos de áreas afins.

Não há como negar uma relação muito próxima entre a formulação da DT e os textos referenciais das áreas de conhecimento, tais como compêndios e manuais didáticos, de maior ou menor especialização. Esses textos aparecem, não por mero acaso, como fontes de obras enciclopédicas.

Nesse caminho, tomando o cuidado de não pensarmos que o conteúdo enciclopédico simplesmente se sobreponha ao terminológico em qualquer situação, a definição enciclopédica, longe de ser um parâmetro de algo a evitar, pelo que observamos nesses exemplos, tem muito a oferecer. Afinal, de um modo simples, o “estilo” enciclopédico pode resgatar algumas relações básicas da DT com textos de diferentes graus de especialização e até com algumas das condições histórico-sociais das áreas de conhecimento em estudo.

Considerações finais

Cumprindo o objetivo desse trabalho, retomamos a idéia do compromisso ou vínculo que se estabelece entre a definição enciclopédica e a lexicográfica no interior da definição terminológica, apontado por A. Rey (op.cit.). Esse pensamento do autor, tal como percebemos, poderia ser entendido como a indicação de que se integrem ou confluem, na DT, dois enfoques ou duas tradições. A relação, entretanto, não é *paripassu*, e a confluência aparece de modo que não ocorrem, em simultâneo, as práticas definitórias enciclopédicas e lexicográficas, meramente somadas, cada uma cumprindo como que a metade que lhe cabe num compromisso ou parceria.

Pelo que observamos nos verbetes aqui examinados, tal confluência, quando não ocorre, poderia ou deveria ocorrer. Isso nos leva pensar na possibilidade de encarar a afirmativa de Rey como uma situação desejada ou ideal, potencialmente positiva, mas não como algo amiúde concretizado na DT.

Assim, a DT, para além dos limites da indicação de um *gênero próximo* e de uma *diferença específica*, não é mero cenário de partilha entre dois *modus definiendi* ou entre duas tradições dicionarísticas conjugadas. Isso porque a DT e seu entorno são modelados por exigências do acesso à informação e condicionados por circunstâncias comunicativas e sócio-culturais particulares das diferentes áreas de conhecimento.

A DT é, enfim, a voz de alguém e a voz de uma área de conhecimento, e esse é um dos rumos mais importantes que seu estudo pode tomar. Nessa direção, é importante não perder de vista a situação e o papel da definição, visto que o dicionário, conforme assinala Maciel (1998), é, antes de tudo, a interface discursiva de autor e consulente a partir da proposição de um texto definitório.

Como conseqüências metodológicas para a pesquisa e levantamentos terminológicos de integração no âmbito do Mercosul, vale dizer que, na situação de um reconhecimento e descrição de terminologias em português e espanhol, torna-se importante também avaliar o papel e a relevância das tradições e informações enciclopédicas e lexicográficas

Pelo que demonstramos aqui, a DT pode ser enriquecida e ter seu escopo ampliado pelo acréscimo de elementos enciclopédicos. No que se refere à contribuição lexicográfica, é importante lembrar que, sobretudo no caso de um trabalho bilíngüe, a presença de informações e comentários de cunho lingüístico pode significar a diferença entre uma compreensão eficiente ou defeituosa de conhecimento e terminologias.

Neste ponto, entretanto, é preciso reconhecer, infelizmente, que alguns dicionários terminológicos português-espanhol publicados no âmbito do Mercosul têm deixado a desejar, principalmente quando caem na armadilha fácil, sem reflexão prévia, do decalque daquela tradição lexicográfica bilíngüe que se limita à mera apresentação de equivalentes sem qualquer contextualização ou orientação para o usuário. É hora, portanto, da

atuação de pesquisadores especializados no assunto para que se possa estabelecer critérios para o devido aproveitamento da tradição lexicográfica e enciclopédica nesses repertórios terminológicos.

BIBLIOGRAFIA

- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. 2^a ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FINATTO, M.J.B. Terminografia brasileira no final do século XIX. Contraponto entre domínios emergentes e consolidados. In: BRUMME, J. *La història dels llenguatges iberoromanics d'especialitat (segles XVII-XIX)*. Barcelona: IULA, Universitat Pompeu Fabra, 1998.
- GOULART, Lúcia Helena Sampaio Dória. *Dicionário do Agrônomo*. Porto Alegre: RIGEL, 1991.
- Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- KRIEGER, M. da G.; MACIEL, A. B. M.; ROCHA, J.C.C; FINATTO, M.J.B BEVILACQUA, C.R; *Dicionário de Direito Ambiental*; Terminologia das leis do meio ambiente. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Ministério Público Federal, 1998.
- KRIEGER, M. da G.; MACIEL, A. B. M.; BEVILACQUA, C.R; FINATTO, M.J.B Dicionário jurídico-ambiental: relações de interlocução. In: *Ciência da Informação*. Brasília, v.24, n.3, set/dez, 1995.
- MACIEL, Anna Maria Becker. Terminologia, linguagem de especialidade e dicionários. In: *V Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada*. Porto Alegre: ALAB/Associação de Lingüística Aplicada do Brasil/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de 31.08 a 04.09.98. (no prelo)
- REY, Alain. *Essays on terminology*. Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- WIEGAND, H.E. Sinonímia e seu significado numa lexicografia monolíngüe. In: VILELA, M. *Problemas da lexicologia e da lexicografia*. Porto: Civilização Editora, 1979.